



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
G A B I N E T E

PORTARIA Nº 392 /2006-GAB.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto n. 24.643 de 10 de junho de 1934, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 28662318/2006 – 10.327, **RESOLVE:**

Art.1º - Fica outorgado a **DOMINGOS GIMENES LOPES**, casado, agropecuarista, CPF nº **005.731.538-84**, RG nº **12.283.031 SSP/SP**; **EUZEBIO PEREIRA LOPES**, casado, agropecuarista, CPF nº **038.327.358-79**, RG nº **3729972 SSP/GO** e **MAURO PEREIRA LOPES**, casado, agropecuarista, CPF nº **020.353.378-01**, RG nº **8.999.306 SSP/SP**, por **06 (seis) anos** o uso das águas do **Rio Piracanjuba**, localizado na **Fazenda Recantilado**, no município de **Piracanjuba**, Estado de Goiás, para **canalização do curso d'água, com finalidade de abastecer duas captações para irrigação, já outorgadas (Processos 6244 e 10.326)**, cuja vazão de escoamento corresponde ao consumo dos equipamentos.

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta concessão, deverão ser executadas, no prazo de **01 (um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

Art. 3º - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização Hídrica realizada pelo ENGENHEIRO CIVIL **CLEOCI ANTÔNIO DE FARIA, CREA-GO Nº 5239/D**, o qual torna-se **Responsável Técnico**, perante o Governo do Estado de Goiás.

Art. 4º - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

I - Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;

II - Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 20, de 18 de junho de 1986 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;

III – Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;

Art. 5º - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário

C U M P R A - S E:

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos **05** dias do mês de **Junho** de 2006.


HARLEN INÁCIO DOS SANTOS
Superintendente Recursos Hídricos


JOSÉ DE PAULA MORAES FILHO
Secretário